

Prorrogação do FEF começa a ser debatida hoje

Para apreciar 19 matérias, entre elas quatro emendas constitucionais, Senado terá sessões deliberativas de segunda a sexta

A prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) é uma das 19 matérias que o plenário do Senado apreciará nesta semana. Delas, quatro são propostas de emendas à Constituição. Para cumprir a pauta, o plenário terá sessões deliberativas de segunda a sexta-feira.

A discussão do FEF começa hoje e, caso não haja emenda de plenário, a proposta poderá, regimentalmente, ser votada na sexta-feira. Somente na sessão de amanhã está prevista a apreciação de 11 matérias. Nas comissões, o ritmo de trabalho também deverá ser intenso. A

Comissão de Infra-Estrutura apreciará amanhã a indicação de nomes dos integrantes da primeira diretoria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A Comissão de Assuntos Econômicos promoverá audiência pública, também amanhã, para obter subsídios que possam contribuir para o aperfeiçoamento do projeto que cria o Sistema Financeiro Imobiliário.

Também estão com agenda movimentada as comissões de Orçamento, de Justiça, de Educação e de Assuntos Sociais. **Página 3**



Lobão pede proteção para floresta amazônica

O Brasil ainda é o país que mais perde florestas a cada ano, advertiu o senador Edison Lobão ao cobrar do governo medidas de proteção da Amazônia. **Página 5**



Suplicy quer aperfeiçoar proposta da renda mínima

O senador Eduardo Suplicy sugeriu a revisão de alguns pontos do projeto da renda mínima aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Página 6**



Gilvam conclama Congresso a derrubar veto

Exame psicológico para motorista

O teste psicológico, por auxiliar a detectar desvios de personalidade, tendências agressivas e outros distúrbios de difícil percepção no exame clínico comum, não pode deixar de integrar a

avaliação do pretendente à condução de veículos. O ponto de vista foi defendido pelo senador Gilvam Borges ao conclamar os parlamentares a votarem pela derubada do veto do presi-

dente da República que excluiu do novo Código de Trânsito o artigo disposto sobre a realização de tal exame para se obter habilitação de motorista. O veto, garantiu, é um retrocesso. **Página 8**

Exposição mostra como funciona o Senado e atuam os senadores

Página 6

Enviados à Câmara projetos que aceleram reforma agrária

Página 4

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: Terceiro dia de discussão da "PEC nº 20/97, que acaba com o segundo turno para as eleições de governadores e prefeitos; primeiro dia de discussão da "PEC nº 7/96, que acresce o parágrafo 5º ao art. 64 da Constituição federal; primeiro dia de discussão da "PEC nº 48/96, que altera o art. 57 da Constituição federal; e primeiro dia de discussão da "PEC nº 25/97, que altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (21.10.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o Dia do Médico
Oradores: Sebastião Rocha, Lucio Alcântara e Romero Jucá

Pauta: "PR nº 133/97, que autoriza o estado da Paraíba a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF seus débitos junto às instituições financeiras que especifica; "PR nº 135/97, que autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal; "PLS nº 82/95, que altera o dispositivo da Lei nº 8.004, de março de 1990, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação; "PLS nº 259/89, que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do "habeas data"; "PR nº 51/96, que institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro; "PR nº 110/97, que denega autorização ao município de Goio-Erê para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S/A; quarto dia de discussão da "PEC nº 20/97, que acaba com o segundo turno para as eleições de governadores e prefeitos; segundo dia de discussão da "PEC nº 7/96, que acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; segundo dia de discussão da "PEC nº 48/96, que altera o artigo 57 da Constituição federal; e segundo dia de discussão da "PEC nº 25/97, que altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Quarta-feira (22.10.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: "PDL nº 118/96, que aprova o ato que renova a concessão de defesa à TV Eldorado Cataniense Ltda.; "PDL nº 119/96, que aprova o ato que renova a concessão de defesa à Rádio Difusora de Mirassol d'Oeste Ltda.; "PDL nº 120/96, que aprova o ato que renova a concessão de defesa à Rádio São Carlos Ltda.; "PDL nº 3/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Gaúcha Zero Hora de Comunicações Ltda.; "PLS nº 88/97, que dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o artigo 14, parágrafos 10 e 11, da Constituição federal; quinto e último dia de discussão da "PEC nº 20/97, que acaba com o segundo turno para as eleições de governadores e prefeitos; terceiro dia de discussão da "PEC nº 7/96, que acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; terceiro dia de discussão da "PEC nº 48/96, que altera o artigo 57 da Constituição federal; e terceiro dia de discussão da "PEC nº 25/97, que altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Quinta-feira (23.10.97)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: "PLC nº 75/93, que acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; "Requerimento nº 814/97, que solicita tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 39 e 23, de 1996, com a de nº 8, de 1997; "Requerimento nº 817/97, que solicita que o PLS nº 166/96, além das comissões constantes do despacho inicial, seja remetido, também, à de Assuntos Econômicos; quarto dia de discussão da "PEC nº 7/96, que acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; quarto dia de discussão da "PEC nº 48/96, que altera o art. 57 da Constituição federal; e quarto dia de discussão da "PEC nº 25/97, que altera dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Sexta-feira (24.10.97)

9h - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: Quinto e último dia de discussão da "PEC nº 7/96, que acresce parágrafo 5º ao artigo 64 da Constituição federal; quinto e último dia de discussão da "PEC nº 48/96, que altera o artigo 57 da Constituição federal; e quinto e último dia de discussão da "PEC nº 25/97, que altera

dispositivos dos artigos 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

COMISSÕES

Terça-feira (21.10.97)

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Apreciação de diversas mensagens, destacando-se: "nº 171/1997, que submete à apreciação do Senado o nome do senhor Renato Navarro Guerreiro para o cargo de presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; "nº 172/1997, que submete o nome do senhor Luiz Francisco Tendório Perrone para o cargo de conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; "nº 173/1997, que submete o nome do senhor José Leite Pereira Filho para o cargo de conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para que sejam ouvidas várias entidades, a fim de instruir o processo de apreciação do "PLC 101/97, que dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes à organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades em terminais de vídeo. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta I: Votação em separado das "Emendas nºs 02 a 05, de autoria do senador Eduardo Suplicy; "Emenda nº 07, de autoria do senador José Serra; e "Emenda 08, de autoria do senador José Fogaça, oferecidas ao "PLC nº 89/96, que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima associada a ações sócio-educativas; tramitando em conjunto o "PLS nº 236/95, que cria a renda mínima na educação; "PLS nº 84/96, que cria o Programa de Bolsas de Estudos e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional; e "PLS nº 201/96, que cria a Bolsa-Cidadão

Pauta II: Audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 36/97, que versa sobre o Sistema Financeiro Imobiliário

Convidados: deputado Luiz Roberto Ponte, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; Anésio Abdalla, presidente da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança; Melhim Namem Chalud, assessor jurídico da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança; e Márcio Baroukel Braga, diretor da Associação dos Notários e Registradores do Brasil

15h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação, discussão e votação do relatório apresentado ao "PL nº 19/97-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R\$ 18.912.789,00; e apreciação das Contas do Governo Federal referentes a 1996. Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados

Quarta-feira (22.10.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 06/96, que torna facultativo o voto; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais. Sala 05 - Ala Senador Alexandre Costa

18h - Comissão de Educação

Pauta: Painel sobre Educação
Convidados: prof. Lizele Regina G. Arclaro (USP), prof. Acácia Kuenzer (UFPR), reitora Wrana Panizzi (UFRGS), prof. Sofia Lerche Vieira (UFCE) e prof. Júlio Wiggers (UFSC)

Quinta-feira (23.10.97)

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 14/96, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; "PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação à distância; "PLS nº 230/96, que inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio; e "PLS nº 126/97, que dispõe sobre o ensino superior em estabelecimentos públicos



Valmir destaca lançamento da "Cartilha do Professor"

Governo investe nos professores, constata Valmir

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) disse sexta-feira que o governo federal, ao investir no professor, "dá um passo importante em direção à escola do futuro", na qual o aluno receberá não apenas a formação profissionalizante, técnica e científica, como também a orientação acerca do convívio social, dos princípios éticos e da cidadania.

Valmir, que falou a propósito do Dia do Professor, comemorado no último dia 15, se referia ao programa "Parâmetros Curriculares Nacionais", lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A seu ver, essa

iniciativa, "que passou a ser conhecida como "Cartilha do Professor", constitui-se num roteiro para os mais de 600 mil profissionais de ensino que atuam na rede pública do país.

O senador também considerou auspicioso o anúncio feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso da entrada em vigor, a partir do próximo ano, do "Fundo de Valorização do Magistério", que movimentará cerca de R\$ 15 bilhões por ano na promoção de melhores condições de trabalho e de salários para os professores.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucílio Portella
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Ademir solidário a grevistas no Pará

Em nome do PSB, Ademir Andrade (PA) solidarizou-se sexta-feira com os funcionários da Celpa - empresa de energia elétrica do seu estado -, em greve há 42 dias, com o Sindicato dos Urbanitários do Pará e com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que considerou a greve legal. Ao mesmo tempo, o senador criticou o governo do Pará, que, segundo disse, descontou dos salários dos funcionários os sete primeiros dias de greve, embora o TRT, por unanimidade, tivesse determinado o pagamento relativo ao período de paralisação.

- Quero condenar veementemente a atitude do governador do PSDB, Almir Gabriel, que está desrespeitando a lei ao não pagar os servidores - disse Ademir, informando que o governo do Pará recorreu ao TST em relação a esse pagamento.

O senador explicou que a greve deve-se ao fato de a Celpa não ter dividido com os funcionários o lucro auferido em 96. A divisão do lucro, segundo Ademir Andrade, está prevista em medida provisória editada no governo Itamar Franco. Conforme assinalou, já houve dois confrontos violentos entre a polícia e os grevistas, e na última quarta-feira (dia 15), revoltados, os servidores invadiram as dependências da Celpa e exigiram uma negociação.

- A negociação está começando a se dar. Mas o governo se recusa a admitir que houve lucro e a dividir esse lucro - disse ele.



Ademir critica governador

Proposta que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal até o final de 1999 começa a ser discutida hoje. Plenário realiza sessões deliberativas de segunda a sexta-feira

Na pauta, o FEF e mais 18 matérias

O plenário do Senado apreciará nesta semana 19 matérias, entre elas quatro emendas à Constituição, sobressaindo a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 31 de dezembro de 1999, com efeitos retroativos a 1º de julho deste ano, data em que se encerrou a vigência do fundo.

Todas as sessões desta semana, inclusive a de hoje e a de sexta-feira, serão deliberativas. A emenda do FEF começa a ser discutida hoje e, caso não haja emendas de plenário, regimentalmente ela poderá ser votada na sexta. O FEF começa a ser discutido hoje junto com outras três mudanças constitucionais.

A segunda emenda constitucional em discussão, de Jefferson Pères (PSDB-AM), estabelece que, nos anos de eleições, o recesso de julho dos deputados e senadores será transferido para os 30 dias que



Jefferson quer alterar recesso antecedem as eleições. Com isso, o senador pretende acabar com o chamado "recesso branco" às vésperas das eleições.

A terceira emenda, de Waldeck Ornelas (PFL-BA), prevê que a discussão e votação de projetos que tratam da estrutura federativa e interessam aos estados começarão pelo Senado. Waldeck argumenta que o Senado é a Casa que representa os estados e cabe aos senadores manter o equilíbrio da Fede-



Waldeck: questões federativas razão e, assim, a primeira votação deve ser feita no Senado, antes da matéria chegar à Câmara (que representa o povo).

A quarta emenda constitucional, que vem sendo discutida pelo plenário desde a semana passada, acaba com o segundo turno nas eleições para governadores e prefeitos. Por ter recebido emendas de plenário, a matéria voltará à CCJ, onde o relator, Francelino Pereira (PFL-MG), emitirá parecer sobre

as emendas.

Amanhã, o Senado apreciará onze matérias, entre as quais três emendas que os deputados fizeram ao projeto de lei do Senado que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do "habeas data" (direito que todo cidadão tem de conhecer informações sobre sua pessoa arquivadas em bancos ou órgãos do governo).

Também na sessão de amanhã, o plenário votará em turno suplementar substitutivo a projeto de Júlio Campos (PFL-MT) que impede aumento do valor da prestação e dos juros quando uma pessoa compra imóvel já financiado pelas normas do SFH. O novo dono deve continuar pagando as mesmas prestações pelo financiamento.

Comissões também terão agenda cheia

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida por Freitas Neto (PFL-PI), se reunirá amanhã, às 10h, para apreciar as mensagens do Poder Executivo que submetem ao Senado Federal as indicações dos nomes dos integrantes da primeira diretoria da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Conforme as mensagens, a presidência do Conselho Diretor da Anatel deverá ser ocupada por Renato Navarro Guerreiro. Para conselheiros da entidade, os nomes indicados pelo Executivo são os de Luiz Francisco Tenório Perrone, José Leite Pereira Filho, Mário Leonel Neto e Antônio Carlos Valente da Silva, que exercerão, respectivamente, quatro, cinco, seis e sete anos de mandato.

AUDIÊNCIA NA CAE
Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por José Serra (PSDB-SP), promoverá audiência pública amanhã, a fim de ob-

ter subsídios que possam contribuir para o aperfeiçoamento do projeto de lei do governo, já aprovado pela Câmara, que cria o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI).

Deverão participar da audiência o deputado Luiz Roberto Ponte, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Anésio Abdalla e Melhim Namem Chalud, presidente e assessor jurídico da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), e Márcio Baroukel Braga, diretor da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg).

Na primeira parte da reunião, marcada para as 10h, a CAE fará votação em separado das emendas de iniciativa de Eduardo Suplicy (PT-SP), José Serra e José Fogaça (PMDB-RS) ao projeto de lei da Câmara que autori-

za o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima associado a ações sócio-educativas. O texto básico da matéria já foi aprovado no âmbito da CAE, na forma do substitutivo de Lúcio

A Comissão de Assuntos Econômicos debate amanhã o projeto do governo que cria o Sistema Financeiro Imobiliário

Alcântara (PSDB-CE).

ORÇAMENTO

A Comissão Mista de Orçamento, presidida por Ney Suassuna (PMDB-PB), também se reúne amanhã, às 15h, a fim de apreciar diversas matérias.

ASSUNTOS SOCIAIS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que tem Ademir Andrade (PSB-PA) como presidente, promoverá audiência pública amanhã, às 17h,

com a participação de representantes de diversas entidades ligadas ao setor de vídeo.

VOTO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida por Bernardo Cabral (PFL-AM), se reunirá quarta-feira, às 10h, para apreciar uma pauta de 33 itens, com diversas propostas de emenda à Constituição, entre as quais a que torna facultativo o voto.

EDUCAÇÃO

A Comissão de Educação (CE), presidida por Joel de Hollanda (PFL-PE), se reunirá quinta-feira, às 10h, para apreciar, entre outros, o projeto que inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e noções de defesa contra violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio. A proposição, de iniciativa de Flaviano Melo (PMDB-AC), conta com o parecer favorável do relator, Lauro Campos (PT-DF).

Projetos terminativos seguiram à Câmara

O Senado enviou à Câmara dos Deputados cinco projetos aprovados em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e sobre os quais não houve solicitação para apreciação em plenário. Dois deles, um de Ramez Tebet e outro de Lauro Campos, refletem a mesma preocupação de agilizar a

reforma agrária no país. O de Julio Campos proíbe o pagamento a servidor que faça mais de um curso, dentro ou fora de nossas fronteiras. Valmir Campelo propõe o cadastro semestral da situação das estradas, e Pedro Simon quer oferecer primeiramente ao Exército obras a serem custeadas pelos cofres públicos.

Doação de 10% da terra isenta de ITR todo o resto

O primeiro projeto no âmbito da reforma agrária remetido à Câmara é o do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) autorizando o Incra a aceitar doações equivalentes a 10% do total de imóvel regularmente cadastrado, desde que sejam terras apropriadas à execução de atividades agrárias. Ele foi apreciado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo como relator o senador Edison Lobão (PFL-MA).

Pelo projeto, as terras doadas se incorporarão ao patrimônio da União para o assentamento de trabalhadores rurais sem terra, ficando o proprietário que fizer tal doação isento do ITR devido sobre a área remanescente pelo período de cinco anos.

- A instituição de tratamen-



Tebet: doações agilizariam o processo

to fiscal compatível ao programa contribuirá para a agilização da reforma agrária no país - afirma Tebet na justificativa.

A medida permite o desmembramento da área para efeito de doação quando não resultar em área inferior à do módulo rural da região. Tal desmembramento deverá ser precedido de demarcação pelo proprietário da área e homologação pelo Incra.

Dois anos de abandono disponibilizam a área

Outro projeto também sobre a questão da terra enviado à Câmara é do senador Lauro Campos (PT-DF), aprovado de forma terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que reduz de três para dois anos o prazo para que uma fazenda abandonada passe ao domínio dos estados e possa ser usada na reforma agrária.

O projeto muda apenas uma palavra do item b, parágrafo 2º, do artigo 589 do Código Civil, mas permitirá que se torne "mais célere e menos sujeita aos embarras jurídicos" a reforma agrária no país, conforme o autor. O projeto não muda o prazo de 10 anos para que um imóvel urbano passe ao estado.



Lauro: uma letra que muda muito

A idéia "favorece efetivamente" a reforma agrária, de acordo com o relator na CCJ, senador Sérgio Machado (PSDB-CE). Ele assinala que o direito de propriedade de imóveis rurais, atualmente, "não encontra sentido fora do princípio da função social, difundida pela Igreja e acolhida por diversas Constituições".

Servidor terá limite para fazer curso no exterior

Mais um projeto, este do senador Júlio Campos (PFL-MT), aprovado em caráter terminativo na CCJ é o que proíbe o governo de pagar salários a servidor autorizado a fazer um segundo curso de aperfeiçoamento, no exterior ou no país. Atualmente, conforme o autor, os funcionários podem fazer vários cursos no exterior, sempre recebendo salários como se estivessem trabalhando.

Pela proposta, o servidor só terá direito a se afastar apenas uma vez para fazer curso de aperfeiçoamento. "É um projeto moralizador", sustenta o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), relator na CCJ. Em tese, disse Campos, um servidor pode hoje se afastar por até três vezes para tais cursos, cada um com duração de até quatro anos. Assim, esse funcionário poderá pedir aposentadoria proporcional ao final de 18 anos de trabalho efetivo para o governo, pois os 12 anos dos cursos contam para a aposentadoria.

Júlio Campos incluiu ainda a exigência de que o servidor trabalhe para o governo, após cada curso, pelo mesmo período de sua duração.

A lei continua permitindo que o funcionário saia para um segundo ou terceiro cursos, mas não receberá salários e o tempo também não contará para a aposentadoria.

Cadastro das estradas evitaria mais acidentes

A realização semestral de levantamentos, estudos e pesquisas das condições das rodovias federais, para formar o cadastro da malha rodoviária, foi enviado à Câmara, depois de aprovado em caráter terminativo pela CCJ.

O objetivo do projeto do senador Valmir Campelo (PTB-DF) é permitir que as estradas sejam classificadas segundo o seu estado de conservação, o que, na opinião do autor, contribuirá para a redução do número de acidentes, já que o conhecimento antecipado das condições das estradas permitiria providências tanto por parte do usuário quanto pelas autoridades.

Como qualquer cidadão terá acesso às informações, Valmir entende que esse cadastro po-

drá servir como "instrumento de pressão da sociedade junto aos governantes, no sentido de que sejam alocados recursos financeiros para a execução de programas de recuperação capazes de melhorar o estado das nossas rodovias".

Na opinião do senador, o DNER já dispõe de informações e meios técnicos capazes de construir esse cadastro, não sendo, portanto, difícil institucionalizar a realização semestral da pesquisa. Ele explicou que o estado das rodovias brasileiras vem sendo gradativamente deteriorado por falta de manutenção e, em consequência, têm acontecido inúmeros acidentes, grande parte deles com vítimas fatais.

Obras públicas podem ser realizadas pelo Exército

Projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) também aprovado pela CCJ prevê a utilização preferencial dos Batalhões de Engenharia e Construção e Batalhões Ferroviários do Ministério do Exército na construção de obras e serviços de engenharia custeados pela União.

Pela proposição, o Ministério do Exército será previamente consultado sobre a viabilidade da execução prevista, "admitindo-se a realização de licitação para execução indireta somente na hipótese de resposta negativa, oficialmente encaminhada no órgão gestor respectivo".

De acordo com Simon, a experiência histórica e a performance da engenharia militar credenciam-na a executar a implantação de obras públicas, em termos de conhecimento técnico.



Simon: preferência aos BECs

Além disso, salientou, "a rigidez na aquisição de materiais e no acompanhamento da execução de obras físicas" dão aos Batalhões de Engenharia a possibilidade de minimizar custos, nas obras sob contratação indireta, já que podem servir de referência de preços para a contratação de obras públicas, tanto no âmbito federal como estadual e municipal.

Para senador, órgãos de fiscalização não estão aparelhados para deter ação das madeireiras asiáticas na Amazônia

Brasil está na dianteira da devastação, constata Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) advertiu sexta-feira, com base em dados do Banco Mundial, que "o Brasil ainda é o país que mais perde florestas a cada ano". E fez um apelo para que o presidente Fernando Henrique não fique alheio à devastação da Amazônia, que, a seu ver, vem sendo intensificada com a chegada das madeireiras asiáticas na região.

- O Ministério do Meio Ambiente tem se mexido muito, feito muitos planos, mas do ponto de vista prático nada acontece - reclamou, lembrando que "amanhã será tarde demais".

Edison Lobão lamentou que o ministro do Meio Ambiente tenha dado resposta. "assim mesmo insuficiente", a apenas um dos dois requerimentos de



Lobão: apelo ao presidente

informações que lhe enviou sobre a venda de terras na Amazônia aos asiáticos. Isso significa, na sua opinião, que "os órgãos governamentais não estão em condições de manter o controle sobre a fiscalização dos empreendimentos rurais mantidos por empresas estrangeiras no Brasil".

Citando dados do Banco Mundial, o senador advertiu que dois terços da cobertura florestal do mundo já foram destruídos, estando na Ásia o pior cenário de devastação florestal. Para ele, é apressivo e ameaçador constatar que, depois de devastarem 88% de suas florestas, os asiáticos estejam se instalando no Brasil.

Edison Lobão ressaltou que, apesar de no cadastro nacional do Inbra não haver registro de compra de terras por empresas estrangeiras na Amazônia, o Ibama admite a existência de várias empresas sob controle de grupos asiáticos com atividade na região. Entre essas, o senador relacionou as seguintes: Compensa S.A., Amaplac, Sifece e Eidal do Brasil.



Odacir: crescimento sustentável

Odacir destaca projeto para o desenvolvimento sustentável

O senador Odacir Soares (PTB-RO) destacou o lançamento, pelo governo de Rondônia, do projeto *Úmidas*, que pretende elaborar uma estratégia para o desenvolvimento sustentável do estado que alcance até o ano de 2020. Conforme disse, o relatório final do projeto, que tem o apoio do Banco Mundial, deve ficar pronto em fevereiro do próximo ano.

- O horizonte da proposta, o ano de 2020, pode parecer ambicioso, longínquo, mas não há como deixarmos de olhar com visão prospectiva para a problemática da produção agrícola, da indústria e do desenvolvimento sustentável de Rondônia - disse.

De acordo com Odacir Soares, iniciou-se, em 1996, uma discussão entre os governos estadual e federal em busca de uma estratégia para um projeto de desenvolvimento de Rondônia. Segundo o senador, o Banco Mundial mostrou interesse em apoiar o *Úmidas*, na dependência de alguns aspectos, tais como o ajuste fiscal-financeiro do estado e o consenso sobre as prioridades de longo prazo.

- Rondônia reúne características ímpares, enquanto objeto de estudo para uma estratégia de desenvolvimento sustentável. É, sem dúvida, o caso mais eloquente, no Brasil, de ocupação desordenada da fronteira de colonização interna. O acelerado processo de ocupação do estado acarretou um grande impacto ambiental no ecossistema amazônico - salientou.



Nabor: apoio a Clinton

Nabor não vê antagonismo entre preservar e desenvolver

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) destacou declarações do presidente Bill Clinton, feitas em São Paulo, em que ele frisa a necessidade de se enfrentar o "falso antagonismo" entre crescimento econômico e proteção ambiental, diante da exigência de gerar riquezas e criar empregos. Nabor lamentou o fato de essa posição não ter merecido destaque nos jornais brasileiros.

- É lamentável que, no meio de tantas informações secundárias e tantos factóides em torno da visita do sr. Clinton, ninguém tenha dado atenção a essas palavras sábias e oportunas que marcam o reconhecimento de uma tese há muito defendida por mim e por todos quantos efetivamente conhecem a Amazônia, vivem seus sofrimentos e almejam seu progresso: pode e deve haver aproveitamento dos recursos naturais sem que isso implique, necessariamente, a devastação da natureza - disse.

Para Nabor Júnior, "o Brasil, se quiser efetivamente crescer em termos econômicos e sociais, não se pode dar ao luxo de abandonar suas possibilidades e subestimar o próprio potencial".

Quintanilha quer explorar potencial de sistema ecológico

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) manifestou sexta-feira sua expectativa de que os ecótonos, regiões onde se encontram ecossistemas diferentes em seu território, passem a merecer dos governos, das entidades de pesquisa e dos ecologistas a atenção compatível com seu vasto potencial econômico.

Ele destacou a importância da recente instalação do Comitê Técnico-Científico do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento dos Ecótonos Brasileiros, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com a participação da Unesco e de outros organismos nacionais e estrangeiros.

Quintanilha explicou que os ecótonos brasileiros ocupam mais de um quinto do território nacional, fazendo as transições dos grandes ecossistemas brasileiros e das maiores bacias hidrográficas da América Latina, onde se concentram mais de 30% da biodiversidade do mundo e de seus recursos hídricos. "Esperamos que, com esse programa, possa ser revertido o processo de ocupação desordenada que vem ocorrendo nessas áreas, sem o mínimo conhecimento das suas realidades ambientais", afirmou.

O senador homenageou ainda as autoridades que, segundo ele, tiveram participação decisiva na iniciativa de implementar o programa, dentre elas, o ministro do Meio Am-



Quintanilha: biodiversidade

biente, Gustavo Krause; o diretor de Meio Ambiente da Unesco, Pierre Lasser; o vice-governador do Tocantins, Raimundo Nonato Pires dos Santos; o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO); e Jean-Luc Guneau, que foi empossado secretário-executivo do comitê.

Conheça o Senado e o trabalho dos senadores

Aberta na manhã de sexta-feira, no Salão Negro do Senado, a exposição "Conheça o Senado e os Senadores" apresenta aos visitantes, até o próximo dia 25, uma radiografia detalhada da organização da Casa, os trabalhos que desenvolve em apoio à atividade legislativa e os serviços de comunicação - com a sociedade brasileira e a comunidade internacional. Em 46 estandes, senadores expõem suas propostas de trabalho e uma síntese de sua atuação pública.

Organizada pela Coordenação de Relações Públicas do Senado, a mostra fica aberta ao público das 9h às 18h, de segunda a sexta. Nos finais de semana, o horário de visitação é das 10h às 15h. O ingresso é gratuito e os visitantes podem desenvolver atividades interativas, tais como navegar pelas *home-pages* dos senadores ou fazer um "tour virtual" pelo Senado, ambas na Internet.

Os bancos de dados do Interlegis (rede de comunicação que usa como suporte a Internet), operados pelo Prodasen, estarão à disposição para consulta. Quem desejar, pode usar também a "Voz do Cidadão" para se manifestar por meio de uma linha 0800.

Dentro do programa de atividades da exposição, o Prodasen estará comemorando seu jubileu de prata (25 anos de existência) com a realização de um ciclo de palestras, no Salão Negro, sobre suas atividades e as possibilidades de acesso do público às suas informações. A Secretaria de Comunicação Social, por sua vez, está mostrando todo o processo de produção e difusão das informações jornalísticas geradas no Senado.

Senador discorre sobre limitações de projeto aprovado pela CAE, aponta possíveis soluções e solicita o comparecimento de todos os membros à comissão para votar as emendas

Suplicy pede aos senadores que aperfeiçoem a renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou sexta-feira que o substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao projeto do governo que garante renda mínima a famílias carentes que mantiverem seus filhos na escola prevê recursos quatro vezes menores que os destinados à publicidade oficial pelo Orçamento de 1998. Ele disse que essas e outras discrepâncias precisam ser corrigidas "se o presidente Fernando Henrique Cardoso quiser fazer jus à sua afirmativa de que o Brasil tem pressa de justiça".

- Nós, do Bloco Oposição, não quisemos obstruir a votação da matéria, razão pela qual votamos favoravelmente ao substitutivo do senador Lúcio Alcântara. No entanto, queremos partilhar nossas preocupações com os nossos colegas



Suplicy cobra maior abrangência e convenceu-os de que o projeto pode avançar, ter maior racionalidade - disse, ao lembrar que amanhã a CAE retomará o assunto para votar as emendas apresentadas pelos senadores.

Eduardo Suplicy explicou que a fórmula proposta de R\$ 15,00 vezes o número de cri-

anças até 14 anos, menos metade da renda familiar *per capita*, resultará, no caso de uma mãe e uma criança com renda familiar de R\$ 112,00 mensais, em benefício negativo igual a menos R\$ 13,00. "o que é uma irracionalidade difícil de ser explicada por qualquer prefeito".

Suplicy discorreu sobre outras limitações que encontrou no projeto, apontou as possíveis soluções e pediu o comparecimento de todos os membros da comissão na votação de amanhã. Ele sugeriu alterações que permitam aumentar a abrangência do projeto, de modo a que todos os municípios venham a ser beneficiados.

Por outro lado, o senador questionou se a publicidade do governo sobre os efeitos do programa Bolsa Criança Cida-

dá corresponde à verdade. "Quem assistiu à televisão nessas últimas semanas tem notado que o governo, volta e meia, anuncia que 30 mil crianças já estão sendo beneficiadas por esse programa. Mas o universo de crianças de sete a 14 anos a ser atingido, segundo o próprio governo, é de, pelo menos, 2,7 milhões de crianças - disse o senador.

Na opinião de Suplicy, é bom que as iniciativas se estabeleçam, mas "devemos ter a preocupação de que elas aconteçam na prática e não tanto na tela da televisão, onde se gasta bastante". A propósito, o senador apresentou requerimento para que o ministro Clóvis Carvalho, da Casa Civil, informe quanto o governo está gastando com essa propaganda.

Abdias reverencia Mestre Didi pelos 80 anos

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) registrou sexta-feira a passagem dos 80 anos de Deoscóredes Maximiliano dos Santos, o Mestre Didi, considerado "a maior figura viva" da tradição religiosa afro-brasileira e que "encarna toda a força, poder e mistério de um sistema de crenças que persistiu a séculos de massacre físico e psicológico". Protagonista de uma trajetória rica em contribuições nas artes plásticas, na educação e no registro da cultura oral afro-brasileira por meio de sua obra literária, foi apontado como exemplo e paradigma de sua cultura.

Mestre Didi, descendente de uma antiga linhagem de sacerdotes dos cultos de origem Ketu-Nagô, é o Assogbá (supremo sacerdote do Culto de Obaluaie) do ortodoxo Axé Opô Afinjá, considerado uma das mais importantes comunidades religioso-culturais afro-brasileiras. Contou o senador que, exilado em Nova York,

recebeu a visita de Mestre Didi e esposa, a antropóloga Juana Elbein dos Santos, em 1969, e levou-os ao sacerdote Osejema, babalorixá norte-americano formado nos templos cubanos.

- O templo do Harlem anoi-teceu iluminado, florido, com corpo sacerdotal em paramentos para receber Didi solenemente como um verdadeiro príncipe-sacerdote de sua raça. E Osejema e Didi, naquele encontro, testemunharam a importância das religiões africanas como instrumentos de coesão e fortalecimento da cultura de um povo separado e dividido pela violência do colonialismo escravista - relatou.

Destacou Abdias os trabalhos realizados por Mestre Didi como conselheiro e coordenador de assuntos comunitários da Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, especialmente na Minicomunidade Obá-Biyi, escola que incorporou ao seu currículo os elemen-



Abdias: paradigma cultural

tos fundamentais da tradição africana no Brasil, e que hoje está desativada por problemas financeiros.

- Burocratas do Ministério da Educação resolveram cortar as verbas que a mantinham, sob a alegação de que se tratava de uma experiência de cunho religioso, embora tivesse aumentado o aproveitamento curricular e diminuído a evasão escolar. Espero que o presidente da República, que vem se preocupando em encontrar soluções para a

questão racial neste país, consiga retomar este importante projeto - disse.

Recordou Abdias Nascimento que, em 1946, Mestre Didi iniciava sua obra literária ao publicar *Iorubá tal qual se fala*, um dicionário e vocabulário iorubá-português.

Na homenagem, o senador salientou que hoje o negro é obrigado a se inserir corretamente no sistema social de classes, forçando a sociedade dominante a lhe abrir espaços como indivíduo e como coletividade.

- Desse ponto de vista, Mestre Didi constitui referência e referencial obrigatórios, exemplo e paradigma da humanidade afro-brasileira em sua luta secular pela afirmação de sua dignidade - afirmou.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o discurso, destacando a "extraordinária aula" que Abdias havia dado sobre a tradição religiosa brasileira.

A implantação de um projeto de desenvolvimento auto-sustentável é uma das grandes perspectivas abertas pelo Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia

Jucá apóia retomada do Sivam pelo governo

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apoiou sexta-feira a decisão do governo de acelerar a implantação do projeto Sivam, "no momento em que, no plano internacional, algumas organizações não-governamentais definem a Amazônia como área de retomada de queimadas muito forte".

Segundo Jucá, o Sivam é importante não só pelo monitoramento ambiental, pela defesa das fronteiras ou pelo combate ao narcotráfico, mas sobretudo "porque vai agregar dados, levantar perspectivas e conhecimentos importantes para que se implante na Amazônia um projeto de desenvolvimento auto-sustentável para uma vida melhor para a população".

O projeto Sivam é um projeto de definição de prioridades, que vai se aliar aos



Jucá: Sivam contra queimadas

governos federal e estaduais para resgatar da pobreza as famílias da Amazônia - assessorou.

Romero Jucá afirmou que os parlamentares da região desejam a rápida implantação do Sivam, e prometeu, como senador da Amazônia, acompanhar o desenvolvimento do projeto nos ministérios.

DECISÃO DO STF

Romero Jucá elogiou também a decisão adotada quinta-feira passada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de manter os conselheiros do Tribunal de Contas de Roraima nos seus cargos. A decisão foi tomada em processo movido contra este tribunal.

Jucá afirmou que os conselheiros do Tribunal de Roraima têm uma ação séria e realizam um "trabalho profícuo", e lembrou que aquela corte rejeitou as contas do governador por uma série de irregularidades detectadas pela equipe técnica. Com a decisão do Supremo, o Tribunal de Contas "continuará a funcionar nas mesmas bases, disse ele. "Essa é uma importante decisão para a consolidação das instituições democráticas em Roraima."

Benedita homenageia a mulher do campo

Ao registrar a passagem do Dia Mundial da Mulher Rural, em 15 de outubro, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu o desenvolvimento de um projeto de mobilização social pelos direitos de cidadania da trabalhadora no campo. A seu ver, a ação pela cidadania deve passar pela confecção de documentos pessoais e trabalhistas.

Conforme Benedita, das dezoito milhões e meio de trabalhadoras rurais brasileiras, apenas três milhões têm a profissão reconhecida. "A falta de carteira de trabalho assinada é o maior fator de exclusão dos direitos previdenciários", disse.

A senadora destacou algumas das discriminações que atingem as trabalhado-



Benedita: cidadania da mulher

ras rurais, e que precisam ser combatidas: salário menor que o pago aos homens para as mesmas tarefas; utilização, pelos patrões, do trabalho dos seus filhos menores; exigência de esterilização; e o fato de ser a sua atividade considerada como complemento ao trabalho do homem.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

7h - Entrevista com o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães sobre as vantagens e desvantagens do Mercosul e da Alca para o Brasil (inédito)
8h - Debate entre o senador Ademir Andrade (PSB-PA) e o diretor de Recursos Renováveis do Ibama, Paulo Benincá, sobre o desmatamento e as queimadas na Amazônia (inédito)

9h30 - Entrevista com o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães sobre as vantagens e desvantagens do Mercosul e da Alca para o Brasil (representação)

10h - Comissão Mista de Orçamento (representação)

14h30 - Sessão plenária (representação)

Em seguida - Comissão de Constituição e Justiça (representação)

20h30 - "Congresso Hoje"

21h40 - Sessão plenária (representação)

00h30 - "Congresso Hoje" (representação)

1h - Debate entre o senador Ademir Andrade e o diretor de Recursos Renováveis do Ibama, Paulo Benincá, sobre o desmatamento e as queimadas na Amazônia (representação)

2h - Jornal da Amazônia

2h30 - Sessão plenária (representação)

6h30 - "Congresso Hoje" (representação)

6h40 - "Senado em Pauta" (representação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

24h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

Palmeira relata participação em encontro no Egito

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) garantiu sexta-feira ser possível uma convivência pacífica e harmoniosa em um mundo cada vez mais pluralista e diversificado, em que línguas, culturas e nações convivem de forma intensa e fraterna - a despeito do fenômeno da globalização. Ele disse isso ao relatar, na qualidade de presidente do grupo brasileiro da União Interparlamentar, os principais fatos e decisões da 98ª Conferência Interparlamentar realizada no Cairo, em setembro.

Segundo informou, o número de países representados no evento subiu de 120 para 128, e a quantidade de delegados aumen-

tou de 1.060 para 1.224 em relação à conferência do ano anterior. Para ele, esse aumento da participação representa a expansão do sistema representativo em todo o mundo.

Guilherme Palmeira se disse honrado por ter podido pronunciar discurso sobre a situação política, econômica e social no mundo, durante a fase de debate geral da conferência. Ele manifestou sua preocupação com a manutenção da paz, com o processo de desenvolvimento auto-sustentado, e falou sobre a melhoria das condições sociais e a ampliação dos sistemas representativos democráticos em todos os países.

O senador registrou a articulação realizada entre representantes latino-americanos para eleger um parlamentar argentino para a presidência



Palmeira: a paz em questão

do Conselho da União Interparlamentar, o que não foi possível. Foi escolhido, com apoio brasileiro no segundo turno, um representante da Espanha.

Para concluir, o senador ressaltou a atuação da delegação de parlamentares brasileiros, com 15 membros, nos grupos de discussões realizadas durante todo o encontro.

Veto presidencial à exigência da avaliação psicológica de candidato à habilitação decepciona o senador. Segundo ele, inovação contribui com rigor necessário às leis de trânsito

Gilvam: exame psicológico para motoristas

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) conclamou sexta-feira os parlamentares a votarem pela derrubada do veto do presidente da República ao artigo do novo Código de Trânsito que dispõe sobre a realização do exame psicológico para se obter habilitação de motorista.

Segundo o senador, o teste psicológico, por seu caráter científico e seu enfoque especializado na detecção de desvios de personalidade, tendências agressivas e outros distúrbios de difícil percepção ao exame clínico comum, não pode deixar de integrar a avaliação mental do pretendente à condução de veículos automotores.

No entender de Gilvam Borges, eliminar o exame psicológico do texto integral do código "é um retrocesso em sua face inovadora que privilegia o componente educa-



Gilvam: exame é importante para aferir as condições do candidato

cional e preventivo da matéria, tornada, a um tempo, segurança pública e questão de cidadania, ao introduzir o assunto, acertadamente, no currículo escolar e também instituir a habilitação provisória".

O senador disse ainda que o veto representa um "poderoso desestímulo" à pesquisa na área da psicologia de trânsito, que vem fazendo notáveis progressos, desenvolvendo técnicas de reconhecida precisão de diagnóstico

e ao próprio desenvolvimento da especialidade em nível acadêmico.

- Não se justifica também a razão oferecida para o veto pelo chefe do Executivo, segundo a qual "países rigorosos no combate à violência do trânsito não adotam o exame psicológico para motorista". Ao contrário, muitos países já realizam ou estudam a inclusão do teste psicológico para habilitação de condutores - acrescentou.

Amin pede reestruturação do sistema rodoviário federal

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) defendeu a urgente adoção, pelo governo federal, de programas para reestruturar o sistema de transporte rodoviário do país, argumentando que a maior parte das estradas atravessa aglomerações urbanas sem proteção adequada. "Apenas os programas 'tapa-buracos' têm sido executados e assim mesmo de forma episódica, quando a situação torna-se insustentável", enfatizou.

Na sua opinião, construir passagens elevadas ou subterrâneas para travessia dos pedestres e colocar barreiras de proteção contra poluição atmosférica e sonora devem ser prioridades da administração pública. Apesar de reconhecer o custo dessas medidas para o Orçamento da União, o senador ponderou que esses investimentos eli-



Amin: rodovias cruzam muitos centros urbanos

minariam "custos indiretos", como a assistência médico-hospitalar a acidentados e a aposentadoria por invalidez.

Preocupado com os "violentos e sucessivos acidentes" no município de São Cristóvão do Sul, em Santa Catarina, Amin pediu ao ministro dos Transportes,

Eliseu Padilha, e ao diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Maurício Hasenclever Borges, a revisão das condições de segurança no trevo de Monte Alegre, onde, nos últimos dois anos, ocorreram nove mortes e mais de 60 pessoas ficaram feridas.

- A situação é tão dramática que praticamente todos os grupos sociais e a população da localidade em geral uniram-se em movimento para pressionar as autoridades e os motoristas a modificarem o quadro atual. Até o prefeito Jaime Cesca associou-se à campanha para obter dos responsáveis pelas estradas federais uma solução rápida para o grave problema - acrescentou.

Trem é solução para o Entorno do DF, defende Júlio Campos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) dirigiu apelo aos governos do Distrito Federal e de Goiás para que desenvolvam esforços no sentido de viabilizar a adaptação do trecho da malha ferroviária que liga a cidade goiana de Luziânia ao Distrito Federal para o transporte coletivo de passageiros.

Ele argumentou que a implantação do "trem do Entorno" diminuiria o fluxo de veículos que hoje congestionam e dificultam a ligação entre as cidades do Entorno localizadas na saída sul da capital e o Plano Piloto.

Júlio Campos destacou que a questão vem sendo objeto de preocupação do GDF e de alguns membros da Câmara Legislativa, ao lembrar a criação de um grupo técnico que está realizando um estudo de pré-viabilidade sobre a utilização de linha férrea no transporte de passageiros no trecho entre Luziânia e Brasília.

Depois de observar que a malha ferroviária Centro-Oeste, da qual o trecho Brasília-Luziânia faz parte, foi entregue, mediante concessão, a um consórcio privado denominada Ferrovias Centro-Atlântica S/A, que tem permissão para explorar apenas o transporte de cargas, ele ressaltou que o transporte coletivo de passageiros só será possível com a realização de uma nova licitação por parte da União.

- Tenho certeza de que a garantia aos habitantes do Entorno de uma melhor acessibilidade às suas atividades de trabalho, em menor tempo, melhoraria muito a qualidade de vida e as condições de transportes de milhares de trabalhadores, sobretudo daqueles que pertencem às camadas menos favorecidas de nossa população, que são obrigados a se deslocar de ônibus, diariamente, pela engarrafada BR-040, para trabalhar e ganhar o seu sustento no Distrito Federal - disse.



Amorim: privatização sob suspeita

Amorim denuncia desvio de dinheiro em dois programas federais em RO

O senador Ermandes Amorim (PPB-RO) divulgou ofício que enviou ao presidente da República denunciando a ocorrência de desvio de dinheiro público em Rondônia, nos programas de ajuste fiscal e de privatização do setor elétrico. Ele responsabilizou o governo do estado pela situação e pediu a apuração dos fatos, comunicando que solicitará ao Tribunal de Contas da União as providências de sua competência.

De acordo com o senador, os governos estaduais estão promovendo a privatização de suas empresas públicas, com o apoio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e com o objetivo de preparar as empresas do setor elétrico para a privatização. Conforme destacou, a Eletrobrás tem adquirido parte do seu controle acionário, iniciando a partir daí gestões compartilhadas.

No caso específico de Rondônia, segundo o senador, a empresa de eletricidade, sob regime de administração compartilhada e cujo patrimônio "é negativo, tem sido usada para constantes adiantamentos de sua privatização, através da Eletrobrás e do BNDES, e o dinheiro some em um buraco sem fim".